

# DA DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA E SUA RELAÇÃO COM A DEMOCRACIA POR VIR NA ARQUITETURA

Fernando Freitas Fuão<sup>1</sup>  
Dirce Eleonora Solis<sup>2</sup>

## Resumo

Nossa proposta é pensar o contexto da arquitetura a partir de referenciais ético-políticos, considerando a postura da desconstrução. Para tanto, iremos inserir nosso trabalho no deslocamento da ética tradicional, como ética dos valores, para o campo do ético derridiano, o de uma democracia por vir. A discussão ética na arquitetura será compreendida, então, por esse viés de desvio derridiano a partir do qual coloca-se em discussão também seu ensino nas universidades, apontando a fraqueza de um entendimento que pouco avançou até hoje além dos limites de uma ética de escritório ou de originalidade de projetos.

Palavras-chave: Arquitetura, ético, desconstrução, democracia por vir.

## Abstract

Our proposal is to think the context of the architecture from ethical-political references, considering the deconstruction posture. To do so, we will insert our work in the displacement of traditional ethics, as ethics of values, to the field of derridian ethics, that of a democracy to come. The ethical discussion in architecture is then understood by this bias of Derridean deviation from which its teaching in the universities is also discussed, pointing to the weakness of an understanding that has not yet advanced beyond the limits of an ethics of office or originality of projects.

Key words: Architecture, ethical, deconstruction, democracy to come.

“Não existem concepções arquitetônicas isoladas dos fatores culturais da sociedade, isoladas da realidade política, jurídica, artística e outras, que condicionam o pensamento coletivo”.  
Demétrio Ribeiro, “Criatividade Arquitetônica e Subdesenvolvimento”.<sup>3</sup>

Pensar a arquitetura a partir da desconstrução significa estabelecer parâmetros de deslocamento com relação às tradições logocêntricas do pensamento que vieram norteando a perspectiva da edificação e da dimensão urbana desde a antiguidade até os dias atuais. Iremos considerar, no entanto, um movimento que se configura - diferentemente do pensamento em linha reta ou de mão única que dominou, durante tantos séculos, o conhecimento em relação ao mundo, ao homem e ao social-, como um caminhar pelo desvio com relação à rota principal. Essa postura desviante é aquela em que o conhecimento, os discursos sobre as mais variadas áreas de intervenção sobre o pensamento e práticas humanas, deixam de olhar apenas para o que é usual, padronizado, aceito como estando dentro das características reguladoras da sociedade, da economia e da política, e passam a considerar a possibilidade de compreender o que era anteriormente apenas suplemento, como de igual importância que o tradicional, ou pelo menos de grande relevância.

Nesse sentido, pensar a questão ética para a arquitetura é pensar a ética também no desvio. Pensar a questão ética é trazer a dimensão ético-política, tal como a entende Jacques Derrida, onde o ético e o político são indissociáveis. Assim, a nossa apresentação aqui estará considerando esse pensar no desvio no que se refere às questões da arquitetura e seus espaços de construção e atuação.

A ética, tal como tradicionalmente a ela nos referimos, é produto de todos os centrismos e hierarquizações logocêntricas (hegemonia do logos) que a perspectiva desconstrucionista contemporânea quer criticar. Preferimos, então, falar de domínio ético, mas não da ética, no sentido de deslocar a perspectiva de nossa análise sobre a arquitetura para um sentido em que possamos ir além de toda estrutura metafísica ou logocêntrica que sempre sustentou o pensamento clássico ocidental. Desviamos, assim, o pensamento sobre a arquitetura para o âmbito do ético, não mais preso à lógica identitária, mas àquela da recepção ao Outro como pura alteridade.

O *ethos*, o ético, é visto por nós, então, como a morada, a casa, a rua e a cidade segundo o âmbito da acolhida do Outro. O que tomamos por ético, portanto, é apenas o horizonte de aparecimento da alteridade que, ao invés de compreender a hospitalidade dentro de condições restritas e acabadas, será o espaço da incondicionalidade, o espaço do acolhimento irrestrito ou sem condições.

O ético não pode ser pensado sem uma noção de democracia. Assim, a noção de democracia que consideramos para compreendermos especialmente a discussão do ético na arquitetura, é aquela trazida pela desconstrução: a noção de democracia por vir. No entanto, não basta a palavra democracia, é preciso para dela falarmos, estabelecermos de que democracia estamos falando. E para entendermos o que é democracia é preciso perguntar que comprometimentos ético-políticos temos como indivíduos, como cidadãos em situações que na maioria das vezes fogem ao nosso controle? A noção de *democracia por vir* mostra a desconstrução dos discursos universalizantes que na verdade são expressão de interesses particulares muitas

<sup>1</sup> Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas (1980), Doutor em Projetos de Arquitetura Texto e Contexto pela Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona-UPC (1987- 92) com a tese *Arquitectura como Collage*, Pós Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia-UERJ sob a supervisão da Filósofa Dra. Dirce Solis (2011-12). Professor Titular da Faculdade de Arquitetura. (UFRGS). E-mail: fuaofernando@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Possui graduação em Filosofia pela Universidade Santa Úrsula (1971), mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1981) e doutorado em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002). Atualmente é professora associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: dssolis@gmail.com

<sup>3</sup> RIBEIRO, Demétrio. (1975) *Criatividade arquitetônica e subdesenvolvimento*. In: XAVIER, Alberto. Depoimento de uma geração. São Paulo: Pini, 1987. p. 250.

vezes mesquinhos. Tais discursos sob a capa de aparente “humanidade”, de uma solidariedade ou fraternidade fictícia, podem trazer a segregação de todos aqueles de diferentes etnias, religiões ou nações, retirando-lhes a possibilidade de reconhecimento como inscritos no humano ou na humanidade. O discurso universalizante que propõe considerar todos os homens como iguais ou irmãos, acaba por rejeitar os diferentes e produzir historicamente efeitos de exclusão os mais atroz e sanguinolentos.

Uma *democracia por vir* considera o viés democrático como situado para além de todos esses interesses restringentes e mesquinhos. Mesmo considerando que as democracias ocidentais existentes possam ser o que de melhor conseguimos construir até o presente, Derrida observa que as atuais estruturas democráticas são, na verdade, profundamente antidemocráticas. Estão corrompidas em múltiplos aspectos econômico-políticos, sociais e morais bastante conhecidos mundialmente. *Democracia plena* não existe para Derrida, e a desconstrução acontece nas democracias existentes, falíveis e bastante imperfeitas. Isso não significa que se deve destruir as instituições democráticas que possuímos, mas que elas podem servir de abertura a uma *democracia por vir*. Há um sentido de *promessa* neste *por vir*, abrir a democracia para a sua própria promessa, possibilitar a abertura para a invenção, para o inesperado, para o estranho ou estrangeiro, para o *outro*.

A democracia por vir não indica um futuro presente ou futuro próximo, e sim, como diz Derrida ela “(...) Não somente ficará perfectível indefinidamente, ou seja, sempre insuficiente e futura, mas pertencendo ao tempo da promessa, ela ficará sempre, em cada um de seus tempos futuros, por vir: mesmo quando há democracia, ela nunca existe, nunca está presente, fica o tema de um conceito não apresentável” (Derrida, 1994, 339-340). No campo da promessa, a democracia por vir possibilita o voltar-se para o outro, isto é, exige a responsável afirmação do outro, o respeito pelo outro e pela diferença.

Há a possibilidade, portanto, de repensar as instituições, as tradições, a justiça, a política e dentre as produções humanas, a arquitetura, não mais ligadas ao conceito clássico de Estado-Nação ou de cidadania, mas como mais próximas de uma democracia inclusiva, que é capaz de considerar todos os indivíduos, mesmo aqueles abstraídos dos direitos de cidadania, tais como os imigrantes indesejáveis, os clandestinos, os exilados de todos os lugares.

A esse respeito diz Derrida:

O que chamo frequentemente de democracia por vir (*à venir*) é uma democracia que não esteja essencialmente fundada na soberania do Estado-Nação e, portanto, na cidadania. Tento pensar uma política que não seja, em última instância, a de um Estado ou de uma cidadania. Certamente nada tenho contra a cidadania, penso que em certos contextos os direitos políticos e até, com frequência, o próprio Estado são uma boa garantia contra as forças internacionais e as corporações capitalistas. Assim não sou simplesmente contra o Estado, mas creio que existe (no momento em que os limites do Estado e da soberania do Estado-Nação se evidenciam e devem mesmo ser lembrados) alguma coisa que se pode chamar de político, que no entanto, não se apoia mais na referência ao Estado-Nação e à cidadania. (Derrida, 2001)

A noção de democracia por vir engendra também a noção de hospitalidade, ou seja, sem hospitalidade não pode haver nenhum tipo de democracia. No entanto, isso reflete um sério problema: as democracias existentes limitam e muitas vezes expurgam toda

e qualquer hospitalidade pretendida. Derrida já havia chamado a atenção para esse problema: hospitalidade traz no próprio termo por um lado, o mais facilmente aceitável, a afirmação do acolhimento, mas por outro lado, a repulsa ao mesmo. Traz o acolhedor “amigo”, mas também, o inóspito, o hóspede inimigo. Traz o familiar e ao mesmo tempo, o estranho. Assim, no momento em por um lado se pode acolher, por outro, se colocam restrições que resultam no discriminar, rejeitar, expurgar; vide as políticas de imigração e de aceitação do estrangeiro, do refugiado, as não-políticas para os sem-teto, sem terra ou sem documentos nas mais “renomadas” e “reconhecidas” democracias atuais.

E é claro que a arquitetura e o urbanismo não estariam isentos dessa relação de aceitação e repulsa. Sem dúvida, essa questão envolve o domínio do ético. O que deveria ter valor de incondicionalidade, o ético, deveria surgir na arquitetura, então, como hospitalidade incondicional, domínio do im-possível ou do in-decidível. Esse seria o campo ético-político no entender da desconstrução. No entanto, o domínio do *ethos* se depara com aquilo que acaba por confrontá-lo: o condicional. O que poderia ser *sem condição*, surge como condicionado por uma série de regras e normas que são identificadas como políticas, inclusive nos moldes liberais, mas nem sempre ético-políticas como é a proposta desconstrucionista que exige um por vir para a ocupação dos espaços da cidade, para a justiça ou para as tomadas de posição democráticas.

Ao invés de impasse estagnador, de um “sem saída”, consideramos, pelo viés da desconstrução e para a arquitetura, o domínio aporético como ponto de partida para o caminhar adiante, um começo, por assim dizer, um deslocamento para fora, para além dos limites do logocentrismo arquitetônico que tem enquadrado e obstaculizado nosso pensamento.

A questão da cidade, da arquitetura e da Universidade, não só pela análise de lugares hospitaleiros, acolhedores ou inóspitos, mas pelo ético do acolhimento nos traz também a discussão desse por vir.

Estabelecemos, derridianamente, uma distinção entre futuro e por vir: o futuro é ou reprodução do presente em temporalidade próxima ou longínqua ou, então, sua evolução. O por vir, no entanto, nos traz a ideia de algo que está por acontecer, desconhecido, no entanto, dado como im-possibilidade inicialmente, mas ponto de partida para a transformação, a recriação, o repensar ou reformular. Isto se torna possível somente com um deslocamento imprevisível com relação à situação inicial.

Tal é a noção de democracia por vir, de justiça por vir, ou de hospitalidade por vir. E somente assim podemos falar em desconstrução. Ela é diferente do desconstrutivismo, de destruição ou de um processo de demolição.

O que está sob o crivo da desconstrução não é somente a arquitetura, essa *arché*, mas também o *arché-típico* papel do arquiteto, sua trajetória ao longo da história da arquitetura e do urbanismo no ocidente, sua especialidade em representar a monumentalidade do poder; evidenciando o papel eventual e singular dessas construções dentro da cidade que se tornam expressões egoicas do arquiteto. Deveríamos renegar o *architekton* e a sua intrínseca *auctoritas*, e talvez começar a considerar o *an-arquitecto*, tal como pensava Gordon Matta-Clark.

Sabe-se que desde suas origens o arquiteto sempre esteve associado à realeza, ao poder religioso, à aristocracia. A partir de finais do século XIX e início do século XX ele assume uma participação mais totalizante higienizadora, domesticante dentro da cidade. Somente com o advento da modernidade ganha expressão um desvio político, uma ação de construção de habitações populares em massa, apoiada em geral pelos marxismo, anarquismo, socialismo e demais correntes de pensamento sensíveis

ao bem estar social. Essas concepções, no entanto, limitaram-se a uma perspectiva ficcional, espectral mesmo, de um homem universal cuja medida era e continua a ser, em grande parte, o eurocentrismo, o homem europeu que se diz universal, enfatizado ainda pelo logocentrismo.

A partir do final dos anos 70 é que realmente haverá um tremor sobre essa figura arquitetural e demiúrgica logocêntrica do arquiteto, através de proposições de um novo modo de atuar profissionalmente. A perspectiva do pensamento arquitetônico é deslocada do logos predominante, elitizado e excludente dos menos privilegiados para uma preocupação mais inclusiva.

O que aqui se pretende, então, com a interrogação *Arquitetura é ética*, é também resgatar esses breves lampejos por parte de alguns arquitetos, grupos e coletivos que passam a clamar pelo sentido do direito à moradia como um direito universal, um pensamento 're-voltado' para as classes menos privilegiadas, tanto como prática discursivo-construtiva como modelo de formação educacional. Essas atitudes são, para nós, um primeiro passo para a desmontagem-montagem no rastro da ética da alteridade que assumimos de cunho derridiano, ou melhor, do ético da hospitalidade; onde o arquiteto já aterrissado na realidade com os pés e a cabeça no chão brasileiro', co-habita com o sentido de morar, construir desse 'outro'.

A dimensão do ético em Arquitetura deve ser ampla, não ser confundida apenas com valores de convivência, ou com articulações profissionais no sentido do não ultrapassamento de limites com relação aos outros profissionais ou as clientes em potencial. O ético passa por um posicionamento diante do mundo e dos outros, uma reponsabilidade perante o mundo, a cidade e os outros homens, uma postura diante do humano sobretudo.

A partir dessas considerações, podemos afirmar que nenhum arquiteto se torna arquiteto oficialmente se passar por uma formação que vise apenas questões de ordem técnica do conhecimento como prática de projeto ou teoria arquitetônica. A dimensão do *ethos*, a dimensão do ético como postura diante do mundo e dos homens se faz necessária em toda a sua carreira e em sua prática profissional. Pois quando se fala no domínio do ético deve-se falar antes de mais nada em uma ética que aconteça na formação do arquiteto dentro da academia. Na realidade não temos a discussão ética dentro da academia da arquitetura, nós não temos realmente uma disciplina que intitulada "Ética" abra espaço em nossa formação para a discussão contemporânea dos deslocamentos ético-políticos imprescindíveis para a consecução da profissão.

O que em geral aprendemos por ética não é propriamente do domínio ético, mas sim uma prática comercial mercadológica, onde se utiliza apenas o senso comum dominante do 'nós', e sustentada na questão demiúrgica da criação, dos direitos autorais do arquiteto sobre o projeto, e sem questionar mesmo o que é o projeto e de sua real necessidade. Essas disciplinas que atendem ainda pelos nomes de: "Ética e Legislação Profissional", ou "Prática profissional e legislação trabalhista" estão situadas normalmente no final do curso quase como disciplinas terciárias, possuem conteúdos que perambulam mais exatamente pela prática profissional e sua relação com a legislação do trabalho sempre associada subjetivamente à ideia de escritório comercial. Ética mesmo resta só a palavra, nela permeia o discurso ou quase sempre a questão da criação – arquiteto demiúrgico-, o direito autoral e o plágio, a porcentagem de ganho em cima do projeto, e as relações entre comércio e porcentagem do arquiteto (propina) na execução dos projetos. Geralmente essa disciplina ainda é ministrada por arquitetos sem formação em ética ou filosofia (mas a ética é uma área da filosofia), onde a palavra ética aparece como adereço sem na maioria das vezes

levar ao futuro arquiteto o conhecimento do que significa ética, ser ético e sobre qual ética se está trabalhando.

Nossa ética tem sido a ética do mercado, do jogo contra e a favor da especulação imobiliária, mas sempre dentro da lógica do mercado e da soberania das construtoras e de seus interesses, do malabarismo do escritório do arquiteto que se recusa a entrar nessa lógica e tem que encontrar fissuras no mercado cerrado para poder sobreviver.

Enquanto isso, pela falta de ética e de visão ética, digamos pois de uma semiótica da 'semiética' (semiótica), ficamos restritos ao tema da cópia e ou plágio do projeto, da assinatura do projeto, da firma, da construtora, da eticidade da escolha dos materiais de construção. Ficamos com conceitos logocêntricos corriqueiros entre arquitetos como: a "verdade e pureza das formas", "a verdade exposta dos materiais aparentes", mas sem nunca pensar e ou colocar em jogo a ética dos que não tem moradia, a ética dos moradores de rua, da casa como necessidade básica humana e indissociável de sua existência como bem colocou Heidegger em *Construir, Morar e Pensar*, ou Adorno em *Minima Moralia*.

Derrida em seu *Cosmopolitas de todos os lugares, um último esforço* e em *Da Hospitalidade* chama a atenção para a indecidibilidade da proposição do ético-político, pois é um binômio indissociável. E nos leva a refletir sobre a aporia que se instaura toda vez que falamos em ético, justiça, hospitalidade pois cada uma dessas questões nos remete ao seu contrário. O ético é o domínio aporético, das im-possibilidades, enfim. Pensar em como ser justo, por exemplo, nos leva a imediatamente rever a conotação de injustiça que predomina, apesar do que se cunhou como justiça; pensar na hospitalidade nos remete também imediatamente ao que se chama hostilidade e assim por diante. A habitação, sabemos bem, é um direito universal, tal como a alimentação, a saúde, a educação. São imprescindíveis para a conquista da cidadania por todos os humanos. A casa não é, em princípio uma mercadoria, não pode ser entendida prioritariamente como mercadoria, nossa existência, assim como a casa, não pode se transformar somente em mercadoria. A exemplo do que defendia Niemeyer, reconhecer a importância de se deixar a faculdade não apenas como ótimos profissionais, mas também como pessoas que leram, que conhecem as misérias do mundo e contra elas saberão se manifestar. A história da arquitetura ao considerarmos o ponto de vista ético é quase uma tragédia, nossa profissão, alicerçada na história ocidental, sempre nos mostrou, direta e indiretamente nossa participação junto aos príncipes, aos déspotas esclarecidos (os palácios e os déspotas esclarecidos do iluminismo), a colaboração junto à hegemonia das religiões, e aos grandes empresários do capitalismo, e da construção civil no século XX.

Falamos aqui de ética, mas sobretudo de uma ética voltada para a questão da moradia, da moradia popular, da habitação para aqueles que não tem moradia, do tema da habitação social, que dentro de uma universidade pública deveria ser o pilar axial, possibilitando a capacitação dos futuros arquitetos para essa problemática que beira a uma aporia. O domínio do ético possibilita pensar na capacitação de arquitetos para trabalharem em prefeituras e em órgãos municipais, estaduais e federais visando o bem público e o bem estar social. Acrescente-se a isso o voltar-se para as questões das políticas habitacionais. No entanto, o que temos observado é que a esse respeito nossa participação é quase nula, nosso território, nosso campo de atuação profissional murchou, e nos colocamos na maioria das vezes, quando se trata de habitação de interesse social, agora sob a égide, o domínio do arquiteto Caixa, da "Maison dominus Caixa", enfim, da Caixa Econômica Federal, que determina o modo de vida e de morar das pessoas sem que tenhamos algum poder sobre isso. Como profissionais somos partícipes observadores desses modelos disciplinares, domesticadores que fazem dos seres humanos massa amorfa.

Essa tem sido a alienação da arquitetura proporcionada pela falta de ética mesmo, pela perda da dimensão da importância da nossa profissão. Como pode uma faculdade de arquitetura numa Universidade Pública formar arquitetos para servir sobretudo às classes dominantes, que ética está por trás disso tudo? Os que entram na Universidade Pública, de um modo geral, já são aqueles que conseguiram ao longo de sua infância e adolescência as melhores oportunidades em escolas particulares e cursos pré-vestibulares. Ao se formarem retornaram para seus lugares de origem, retornam a suas classes sociais econômicas tentando galgar alguns degraus ainda acima. É algo inadmissível para uma Universidade Pública, num país como o nosso não haver um tipo de retorno social, de um comprometimento com o Outro, com os que não tem moradia e também daqueles que já nascerão sem moradia. Por exemplo, poderíamos em vez de se fazer trabalhos de final de graduação, muito bem realizar trabalhos juntos a coletivos, associações e órgãos de habitação popular; poderíamos ter um banco para estágios que não fossem de escritórios comerciais. Agora nossos currículos pleiteiam o ingresso de uma disciplina denominada Arquitetura Social, mas deveríamos nos perguntar: não seria por natureza toda arquitetura social? O mesmo se passa com outras áreas de saber, tais como a medicina, a psicologia, e mesmo com áreas da medicina social ou da psicologia social. A formação é voltada para a prática do consultório e escritório particular, ou estratégias alternativas de coletivos, ateliers que também não passam de subterfúgios.

Um exemplo dessa mazela são os esforços elogiáveis dos *Escritórios Modelos de Arquitetura*, que não conseguem abandonar a palavra e sentido de 'escritório' mesmo fazendo arquiteturas de caráter social, e ainda por cima "modelo", exemplar, referencial. Em suma: sempre se tem como fundamento a questão do escritório. Do profissional sempre a espera que batam à sua porta.

Sabemos que a Universidade pressupõe responsabilidades individuais e comuns ante a sociedade que se expressam em comprometimento, engajamento e participação, mas o papel da Universidade, das Faculdades de Arquitetura, dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo, dos IABs e outras classes representativas devem ir além desse "tomar posição", elas devem embrenhar-se nos temas sociais e políticos, atuar e interferir diretamente sobre os problemas que estão lá fora, até, às vezes, intocáveis. É nesse sentido que vemos a real importância de pensar o viés democrático para um curso de Arquitetura na Universidade, ou para a Arquitetura como área de saber, tal como a desconstrução o fez, no contexto de uma democracia por vir, como já esclarecemos o que seja anteriormente.

Se priorizamos o tema Universidade é porque todos arquitetos passam necessariamente por ela e seu processo de formação, formação em arquitetura; a Universidade deve ser universal, especialmente através de suas diferenças e singularidades, e isso deve ser compreendido como oportunidade para todos e principalmente para aqueles que até os últimos anos não tinham acesso a ela. Priorizamos o tema Universidade Pública porque é ela que está sobre forte ataque dos interesses econômicos. É preciso reafirmar constantemente as políticas de ações afirmativas para combater as desigualdades históricas. (Lei 12711/12). A Universidade não deve se render ou se entregar sem opor resistência às forças da exploração, ela deve permanecer livre e libertária, distante dos interesses econômicos. Ela deve ser peça de resistência aos fascismos, exatamente este que se apresenta disfarçado nesse momento a serviço da globalização imperialista e dos aparelhos ideológicos-religiosos que se infiltraram e tomaram de assalto o Estado brasileiro. A Universidade deve ser o lugar dos encontros, das conversas, dos eternos questionamentos, debates e disputas. Infelizmente, porém, o espaço da Universidade permanece ainda muito próximo do confessionário e da sala do psicólogo, onde se diz tudo reservadamente, entre quatro paredes, muitas vezes sob a égide da tolerância e do medo. Hoje, o problema que se coloca no debate não é o pesquisável, ensinável,

mas a ética que deve permear toda liberdade de pesquisa, todo ensino.

Uma referência na questão ética da arquitetura ao longo da história da Arquitetura, foi o Movimento Moderno, em dois momentos: um desses acontece na primeira metade do século XX com as proposições urbanísticas e as políticas dos grandes conjuntos habitacionais para as camadas sociais mais desfavorecidas; na segunda metade do século XX, essa política dá segmento e se abre também ao papel social do arquiteto como intelectual orgânico, ativador desses processos junto a essas comunidades, e tem na prática de atelier o espaço ético de projeto em muitas escolas e faculdades do Brasil e do mundo. A partir da pós-modernidade a dimensão ética se vê acobertada pelos discursos retóricos formais.

O ético na proposta de Derrida implica em acolhimento-hospitalidade, dar acolhida ao outro, incorporá-lo aos discursos, revelando novos horizontes para a arquitetura, trabalhando com as diferenças, e recolocando a dimensão ética como sentido da existência e da arquitetura. Hoje infelizmente, nossas cidades estão concebidas e organizadas através da segregação, separando grupos e classes sociais, agrupando e afastando as diferenças através dos mais requintados artifícios projetuais. O abandono é uma dessas formas de afastamento. A organização que caracteriza a cidade formal é basicamente a segregação espacial, através da definição de usos do solo que expulsa a pobreza e seus cheiros para a periferia. No entanto, a cada dia mais nossos lugares em vez de se abrirem para os outros, de se prepararem para receber os outros, serem hospitaleiros, fecham-se em verdadeiros campos de reclusão, os quais necessitam de senhas, logins, e ids, minados de câmeras para entrar. A hospitalidade, por exemplo, fica ameaçada numa cidade em que um grande número de pessoas não tem moradia, ou vive em condições extremas de miserabilidade, e todas as portas que se poderiam abrir estão fechadas, principalmente as portas das políticas públicas de habitação popular.

Essa hospitalidade também pode ser compreendida como a inclusão do outro dentro da prática disciplinar do projeto arquitetônico nas faculdades, incluindo esse 'diferente', essa 'diferença' poderá fazer surgir novos programas de projeto até então inéditos dentro da academia, como por exemplo a ocupações baixios de viadutos para fins sociais. Especificamente, também descobrindo as formas em que o acolhimento se apresenta na arquitetura, assim como as morfologias do acolhimento na cidade. O discurso de Derrida revela novos horizontes para a educação onde se recoloca a dimensão ética como sentido. O estudo da arquitetura como objeto autônomo tem se mostrado frágil, insustentável, porque o que funda a arquitetura não é a pedra, a fundação, mas o fundamento humano que deve estar em sua interioridade.

A ética da hospitalidade afeta a arquitetura de muitas maneiras: no Programa de necessidades elaborado a partir diálogo com o outro, de pré-dispor um espaço de acolhida; nas aberturas, na concepção dos espaços públicos como lugar de acolhimento das diferenças. O acolhimento na arquitetura, enfim, deve ser pensado desde o giro da maçaneta que abre a porta até a questão do habitar a terra.

A hospitalidade, segundo o que nos explica Solis,

se apresenta como a última possibilidade de viabilização de uma ética de caráter mundial, uma ética das gentes. Mas esse acolhimento no lar, a familiaridade (*heimlichkeit*), na verdade apresenta-se aporéticamente, ao homem. Do mesmo modo que engendra o *heimlich* (familiar, confortável) engendrará o *unheimlich* (o estranho). (SOLIS, 2009, p. 69)

É importante compreender o compromisso ético-político da desconstrução num universo acadêmico de arquitetura onde se continua a formar arquitetos para trabalharem em escritórios, no âmbito privado e comercial, produzirem arquitetura como mercadoria, treinados para projetar espaços para diferenciar hierarquicamente os seres humanos, projetando sutis campos de isolamento, tais como, condomínios, shoppings, espaços de consumo, e treinados, de certo modo, a ignorarem a pobreza que perambula pelas cidades e pelo mundo, enfim, a perpetuarem a sociedade de controle e exclusão.

Quando se cogita o “impossível possível” de uma Universidade sem condição, toca-se não somente nesses limites do tempo em seu questionamento, mas também no limite entre o dentro e o fora. Referimo-nos às questões arquitetônicas mesmo, puro espaço, “puracidade”. Os limites entre o dentro e fora, o sentido do espaço, as fronteiras físicas, mesmo, das Universidades. Pensamos nas Humanidades, na Arquitetura que não pode se encerrar eternamente no “dentro” da Universidade, no confinamento dos corpos dos estudantes na sala de aula, na docilização efetuada em cima da inquietude e do vigor, no que Foucault chamou de biopolítica do corpo. Quando dizemos biopolítica significa que a vida está completamente investida de condições e atos artificiais de reprodução. Significa que a própria natureza socializou-se, e o ensino também tornou-se uma máquina produtiva absurda. Para o ensino de arquitetura, a matéria de trabalho e de vida é o lá fora. Tudo está lá fora. Deveríamos passar muito mais tempo na rua, muito mais tempo nas vilas das periferias, caminhando, andando, conhecendo. Mas, o que temos feito é trazer as representações “lá de fora” para dentro. Substitui-se a coisa real por uma pálida representação, “como se fosse a mesma coisa”. O que se perde é a experiência espacial, a real aprendizagem da arquitetura, do espaço, do convívio com o diferente. Esse limite do “impossível”, do “talvez” que advém não só do outro, do que vem de fora, do forasteiro que entrar também na Universidade, mas também de nós, “aqui”, sinaliza e reafirma uma Universidade sempre predisposta às forças de fora.

Uma concepção ético-política para a arquitetura e que se estabeleça a partir dos referenciais de uma democracia por vir *talvez* (o *talvez* para a desconstrução é uma perspectiva de indecidibilidade, no entanto, ponto de não estagnação, mas sim de movimento) possa engendrar seus compromissos reais com a perspectiva inclusiva na consideração com o Outro.

### Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor. *Minima Moralia*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1992.

DERRIDA, Jacques. *Positions*. Paris: Minuit, 1972.

DERRIDA, Jacques. *Politiques de l’Amitié*. Paris: Galilée, 1994.

DERRIDA, Jacques. *L’Autre Cap. La Démocratie Ajournée*. Paris: Minuit. trad Fernanda Bernardo, 1996.

DERRIDA, Jacques. *O Outro Cabo*. Coimbra: Amar Arte. Reitoria da Universidade de Coimbra, 1995.

DERRIDA, Jacques. *De L’Hospitalité*. Paris: Calman Lévy, 1997 a.

DERRIDA, Jacques. *Cosmopolites de tous les pays, encore un effort !* Paris: ed Galilée, 1997 b.

DERRIDA, Jacques. “*A solidariedade dos seres vivos*”. Entrevista a Evando Nascimento

em 27.05.2001. Suplemento Mias/Folha de São Paulo. p12-16, 2001.

HEIDDEGER, Martin. *Construir, habitar, pensar*. trad. Márcia Sá Cavalcante Schuback [Bauen, Wohnen, Denken] (1951) conferência pronunciada por ocasião da “Segunda Reunião de Darmstadt”, publicada em *Vortäge und Aufsätze*, G. Neske, Pfullingen. 1954.

FUÃO, Fernando. *A universidade Incondicional*. Em: *Arquitextos* 073.06ano 07, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.073/348>>.

FUÃO, Fernando. *Construir, morar, pensar; uma releitura de Construir, habitar, pensar (bauen, wohnen, denken)* de Martin Heidegger. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/esteticaesemiotica/article/view/19597/0>>.

RIBEIRO, Demetrio. *Criatividade arquitetônica e subdesenvolvimento*. In: XAVIER, Alberto. *Depoimento de uma geração*. - São Paulo: Pini, 1987. p. 249-258, 1975.

SOLIS, Dirce. *Desconstrução e Arquitetura. Uma abordagem a partir de Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: UAPÉ, 2009.

SOLIS, Dirce. *A Democracia Banida: reflexões a partir da noção de democracia por vir de Jacques Derrida*. In *A Democracia e seus Desafios em tempos de crise*. org. Ozanan Vicente Carrara. Passo Fundo: Editora do IFIBE. pp191-244. 2017.

XAVIER, Alberto. *Depoimento de uma geração*. São Paulo: Pini, 1987.